

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E IMPACTOS NO ESTADO DO CEARÁ À LUZ DO IFCE

Afrânio Vieira Ferreira ¹
Joilson Silva de Sousa ²
Pedro Claesen Dutra Silva ³

RESUMO

Este escrito tem por objetivo descrever como ocorreu o processo histórico de criação e expansão da rede federal de educação profissional de maneira geral e mais especificamente no Ceará, além de discorrer argumentos quanto a sua relevância institucional para o desenvolvimento do estado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A criação e expansão da rede de ensino técnico e tecnológico se desenvolve ao longo da história como fator relevante para o processo de inclusão social de inúmeros estudantes em todo o Brasil. A criação dos IFs e a conseqüente expansão dessa rede de ensino nos governos Lula e Dilma fizeram com que inúmeros estudantes pudessem ter uma oferta educacional de qualidade em cursos de formação profissional, com destaque para o estado do Ceará, considerando que o acesso a uma educação de qualidade prepara para o ingresso no mercado de trabalho. Atualmente, não é mais necessário se deslocar a locais distantes em busca de qualificação profissional, pois os campi do IFCE estão cada vez mais próximos das residências dos cidadãos e cidadãs cearenses.

Palavras-chave: Rede federal de ensino, Educação profissional, Ceará, IFCE.

INTRODUÇÃO

A rede federal de ensino começou a ser implantada ainda no início do século XX através das Escolas de aprendizes artífices. Instauradas pelo decreto de número 7566 de 23 de setembro do ano de 1909 pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, as referidas instituições tinham como objetivo principal a formação gratuita no ensino primário da época, bem como a formação técnica para que os formandos pudessem exercer alguma profissão posteriormente. Aqui já se percebia uma ligação entre essas escolas e a força que a indústria já exercia sob a instância governamental, sendo isso justificado pelo fato desses institutos formadores serem mantidos por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A ligação com o setor agrícola se fortificaria mais à frente no decorrer do desenvolvimento dessa nova modalidade de ensino. A partir de janeiro de 1910 começam a ser inauguradas as primeiras

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Pós-graduando em Ensino de Ciência e Matemática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, afranio1930@gmail.com;

² Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Doutorando em Educação Profissional pelo IFRN, joilson.sousa@academico.ifrn.edu.br;

³ Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, pedro.silva@uece.br;

escolas de aprendizes artífices em praticamente todo o Brasil, incluindo a do Ceará, tendo como sede as capitais de cada estado.

As Escolas de aprendizes artífices exerceram importante papel no processo inicial de desenvolvimento no âmbito do ensino técnico brasileiro e é isso que Soares (1982, p. 58) destaca ao “[...] apontar a significação e a importância que elas tiveram no panorama geral do ensino no país, particularmente do ensino técnico – industrial da época.” A partir de então houve o desenvolvimento do ensino técnico em todo o país e a rede federal de educação profissional continuaria a crescer e se expandir por todo o território brasileiro como veremos mais adiante.

Outros marcos importantes no processo histórico da educação federal remetem a obrigatoriedade na oferta de ensino técnico profissionalizante a partir do ano de 1927 em todo o país por meio do Projeto de Fidélis Reis. Pouco tempo depois, em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a administrar as Escolas de Aprendizes e Artífices por meio da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. Em 1937 é promulgada uma nova Constituição Federal (CF) que traz algumas mudanças para o meio educacional, dentre elas a extinção das Escolas de Aprendizes e Artífices que foram transformadas em Liceus Industriais através da Lei 378. Esses Liceus duraram até o ano de 1942 quando foram substituídos pelas Escolas Industriais e Técnicas (EIT) aprovadas pelo Decreto 4127 de 25 de fevereiro de 1942.

Com a instituição da chamada ditadura do Estado Novo, surge também mudanças significativas dentro do âmbito educacional, a citar, a reforma imposta pelo ministro da educação no período Gustavo Capanema. Esse processo é conhecido até hoje como Reforma Capanema, na qual esta alterou significativamente o ensino secundário em nosso país. Saviani (2008, p. 270) aponta que essas reformas tiveram: “[...] caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado as elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido [...]”. Houve, então, uma espécie de divisão dessa fase da vida estudantil da época na qual cada classe social teria acesso a uma formação diferente, configurando algo que dificilmente sofreria alguma alteração. Segundo Menezes e Santos (2001) teria as seguintes subdivisões de educação ofertadas: superior, secundária, primária, profissional e a feminina. Esse momento se configura como excludente, elitista e segregador na educação brasileira, pois há uma divisão entre as classes que não permite ascensão das camadas menos favorecidas e um favorecimento a elite que permitiu que houvesse a manutenção do meio social do período.

Outra transformação ocorre no ano de 1959, quando as EIT’s são substituídas dando lugar as Escolas Técnicas Federais (ETF) cuja evolução se dá pelo fato dessas possuírem maior

autonomia no que diz respeito a gestão interna de cada uma, bem como a didática que empregavam. Podemos afirmar aqui que estas eram dotadas de uma independência que até então não tinha sido vista em 50 anos desde que o sistema federal de ensino começou sua atuação.

Na década de 1970, houve a aprovação da nova LDB que tornou técnico-profissional todo o currículo do segundo grau, isso, segundo Sousa (ano, p. 5), motivado por influências externas: “[...] a educação, hoje compreendida como política social, foi um momento marcado pela entrega econômica norte-americana, com reverberações na educação brasileira”. Em 1978 são criados os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) oriundos de 3 (três) ETFs localizadas nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para Brasil (2008, p. 5): “Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, **formar engenheiros de operação e tecnólogos**, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.” Percebe-se que a partir desse ano o sistema federal de ensino dá mais um passo importante para sua ampliação e importância para o cenário educacional brasileiro.

Os CEFETs se tornariam algo popular apenas na década de 1990 por meio da Lei 8.948 de 8 de dezembro de 1994 que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformou de maneira gradativa as ETFs e EAFs em CEFETs, “[...] levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro” (BRASIL, 2008, p. 5).

A partir da virada do milênio houve o maior processo de expansão desse sistema, no qual, a partir de 2004 através do Decreto 5154 passou a permitir a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio regular. Em 2005 através da Lei 11.195 é lançada a primeira etapa do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino. Nesse período foram abertas 60 novas escolas federais, além da criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que substituiu o antigo CEFET daquele estado. Em 2007, através do Decreto 6302 instituiu o Programa Brasil Profissionalizado e o governo lançou a segunda etapa do plano de expansão, na qual lançou-se a meta de chegar até o ano de 2010 ao número de 354 unidades de escolas desse nível. Brasil (2008, p. 6) afirma que essa ampliação abrangeria “[...] **todas as regiões do país**, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.” Aqui já é possível observar que essa expansão não se deu apenas na quantidade de instituições abertas, mas também na qualidade de ensino destas no âmbito da formação em nível superior e até cursos de pós-graduação.

Os IFETs surgem a partir de instituições federais já existentes, como as EAFs, só que agrupadas dentro da mesma esfera educacional. Esse agrupamento se deve ao fato de existirem diferentes instituições federais em que algumas eram, de certa forma, privilegiadas. Em 2011, por meio da Lei 12513, é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). No ano de 2014 o número de IFs espalhados por todo o país chegou ao número de 562 unidades, o que configura algo jamais visto em toda a história do país (BRASIL, 2014). Esse número expressivo significa também a inclusão de milhões de jovens e pessoas em geral nas mais diversas áreas de conhecimento, independentemente desses indivíduos estarem em curso técnicos, superiores, de pós-graduação ou qualquer outra modalidade. Fato é que todos recebem um tipo de formação profissional que os auxilia em suas carreiras independente qual seja.

Considerando o contexto histórico que abrange o surgimento e expansão da rede federal de educação profissional surgiram algumas indagações: como se deu o processo de implantação dessa rede de maneira geral e no estado do Ceará? Qual a relevância desta para o desenvolvimento regional do estado? Assim, definimos como objetivo desse trabalho descrever como ocorreu o processo histórico de criação e expansão da rede federal de educação profissional de maneira geral e mais especificamente no Ceará, além de discorrer argumentos quanto a relevância dessas instituições para o desenvolvimento do estado.

Segundo os escritos de Silvia Manfredi (2002), não podemos considerar a Educação Profissional apenas como uma modalidade de ensino, mas sobretudo, uma área de conhecimento científico ainda pouco explorada, que mantém uma relação de interesses, conflitos, discussões e tensões, caracterizados por momento historicamente situados, dentro dos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Acreditamos ser relevante destacar que a educação profissional não se restringe aos Institutos Federais – a nível nacional – e nem ao IFCE – em nível de estado – no entanto, tomando por base a influência deste na história recente da educação no Brasil, faremos nossas considerações a luz de sua relevância como instrumento de democratização do ensino.

METODOLOGIA

Este escrito é um recorte de um estudo amplo que culminou em um trabalho monográfico com o título “Desenvolvimento, sujeitos e impactos da política de residência estudantil: a experiência do IFCE campus Iguatu – CE”, trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Letras de Iguatu, unidade da Região Centro-Sul do Estado do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará .

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, que consiste basicamente em “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158). Aqui nos preocupamos em selecionar textos que contemplassem a temática estudada e que nos permitisse alcançar os objetivos delineados. Alguns dos dados também foram obtidos fazendo consulta direta ao site do próprio IFCE e ao IFCE em números que se constitui em uma plataforma de divulgação de dados da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estado do Ceará, a rede federal de ensino nasce em 1909 com o Decreto 7566 que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices que na época foi criada uma unidade na cidade de Fortaleza. Mais tarde, em 1941 essa instituição passou a ser denominada Liceu Industrial de Fortaleza e já no ano seguinte mudou novamente para Escola Industrial de Fortaleza. Passou-se então a ofertar cursos profissionalizantes tendo em vista a necessidade de formar mão de obra qualificada para atuar na indústria que estava em expansão em todo o país.

Através da Lei Federal 3552 de 16 de fevereiro de 1959, a Escola Industrial de Fortaleza passou a ser uma autarquia federal passando a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Em 1965 passa a ser denominada Escola Industrial Federal do Ceará e já em 1968 passa-se a receber a nomenclatura de Escola Técnica Federal do Ceará. Algum tempo depois, em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará passa a ser nomeada de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETCE) através da Lei Federal 8948 de 8 de dezembro de 1994. Após 14 anos, em 2008, o CEFETCE dá lugar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) regulamentado pela Lei Federal 11892/2008, sendo este fundamental para o processo de expansão da rede federal de educação.

O cenário atual do que é a educação técnica federal no Ceará revela que a expansão que esta vivenciou é algo notável e vista como exemplo a ser seguido. Atualmente são 32 unidades em funcionamento, e mais 3 (três) sendo construídas, espalhadas por todo o território cearense. Antes desse processo de expansão ocorrido nos governos Lula e Dilma eram apenas 5 (cinco) localizadas nos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Cedro e Fortaleza. No período que compreende o governo Lula, entre 2003 e 2010, foram criadas 18 novas instalações nas

idades de: Jaguaribe, Tauá, Crateús, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixadá, Aracati, Canindé, Baturité, Maracanaú, Caucaia, Sobral, Tianguá, Ubajara, Acaraú, Camocim e Umirim (ALBUQUERQUE e PEREIRA, 2015). Como vemos, o número de unidades do IFCE cresceu notadamente em todo o estado nesse período.

De 2010 até o presente momento foram implantadas mais 7 (sete) unidades nas cidades de: Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Itapipoca, Maranguape, Paracuru e Jaguaruana totalizando 32 instalações em funcionamento do IF em nosso estado. Tendo por base esses dados, Albuquerque e Pereira (2015, p. 68) apregoam que:

[...] dos 184 municípios existentes no estado, em torno de 15% são contemplados pela política de expansão e interiorização. Assim, mediante o contexto de expansão dos IF's, o estado do Ceará se destaca em relação a outros estados, onde a ampliação foi proporcionalmente a maior [...].

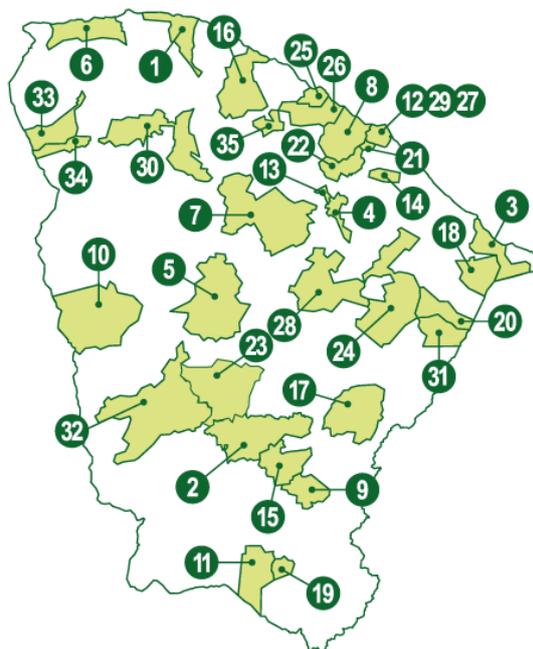
Assim, podemos afirmar que o Ceará é o estado que melhor reflete a política de expansão de instituições federais em todo o Brasil.

Vale salientar que esse processo de expansão da rede federal no Ceará não se restringe apenas aos Institutos Federais, considerando que no mesmo período tivemos a criação e implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), da Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC) que surge do desmembramento de unidades da UFC na região, além de expandir a UFC com a criação de 8 (oito) novos *campi* em nosso território (ALBUQUERQUE e PEREIRA, 2015).

O IFCE tem como missão: “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”, tendo como visão: “Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia” e valores: “[...] o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com idéias fixas na sustentabilidade ambiental.”

Com o processo de expansão vivenciado nos últimos anos, o IFCE atua em todas as regiões do Ceará através do funcionamento de 35 unidades espalhadas por todo o estado, como pode ser verificado na figura 1.

Figura 1 – Localização das unidades do IFCE em todo estado

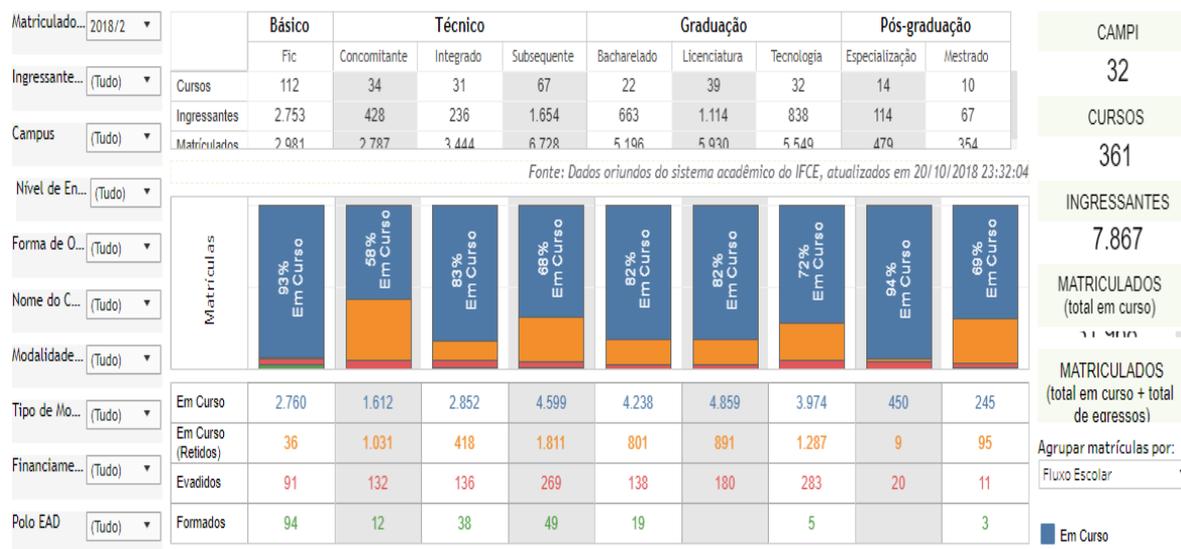


Fonte: ifce.edu.br

O que tem acontecido no estado do Ceará em anos anteriores é fruto de uma política de investimento sólido na educação, tendo como consequência essa expansão ilustrada acima. Soares (1999, p. 2): “Em sua trajetória, as Escolas Técnicas Federais alcançaram um elevado padrão de ensino, o que necessariamente só pode ser concretizado através de investimentos públicos [...]”. Apesar da fala da autora ter ocorrido antes da criação do IFCE, esta não deixar de contemplar o que essa instituição representa no desenvolvimento do estado. A autora relata também um fator importante para que essas instituições tenham alcançado esse status, no entanto, acredito eu, que isso pode ser creditado principalmente aos elementos anteriormente destacados, como a autonomia de gestão.

Em 2018 o número total de alunos matriculados era de 31968 estudantes distribuídos em curso de nível básico, técnico, graduação e pós-graduação, como ilustra a tabela abaixo:

Figura 2 – distribuição das matrículas nos diferentes curso do IFCE



Fonte: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/matriculados/>

Como é perceptível, o IFCE atua em diferentes níveis de ensino desde uma parte do básico com os cursos FIC, passando pelo técnico com os cursos concomitante, integrado e subsequente e indo até o superior com graduações e pós-graduações. Destacamos também que esses cursos são variados, não possuindo apenas um foco definido, mas sim diferentes áreas de interesses que abarca visões e preferências diversas dos estudantes que ingressam ou que desejam ingressar.

A democratização do ensino não se resume apenas em expandir a área de abrangência geográfica da instituição, mas sim, também, em variados cursos com objetivos diferentes assim como as áreas. O IFCE hoje transforma a vida de milhares de pessoas em todo o estado e até fora dele e é de extrema importância que este seja mantido da melhor maneira possível para que mais pessoas possam ter acesso a uma educação de qualidade e gratuita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e expansão da rede de ensino técnico e tecnológico se desenvolve ao longo da história como fator relevante para o processo de inclusão social de inúmeros estudantes em todo o Brasil, enquanto um ensino de qualidade e formação básica para o exercício profissional. A criação dos IFs e a consequente expansão dessa rede de ensino nos governos Lula e Dilma fizeram com que inúmeras pessoas, independentemente da idade, pudessem ter uma melhor oferta, acesso e permanência em cursos de formação profissional, reverberando assim na inclusão dessas pessoas ao meio social que envolve o trabalho.

No Ceará isso não se reflete de maneira diferente, considerando que o acesso a uma educação que prepara para o ingresso no mercado de trabalho, independentemente do nível de conhecimento, se tornou mais universalizado. Hoje não é mais necessário se deslocar a locais muito distantes para se qualificar, os campi do IFCE estão cada vez mais próximos das residências dos cidadãos e cidadãs cearenses.

Esse processo de expansão junto a programas que fortaleçam a permanência de estudantes na instituição proporciona uma mudança ainda maior na vida daqueles que tem a oportunidade de ingressar na instituição.

Demonstramos ainda o sentimento de que as unidades de instituições com oferta de educação profissional precisam ser mantidas e expandidas para que haja um atendimento ainda maior de parcelas da população, refletindo assim em uma inclusão de estudantes que buscam proporcionar mudanças em suas vidas e de seus familiares, bem como ter acesso a novas perspectivas para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 11 set. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. (1985). Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MANFREDI, Silvia. Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira-Educabrazil**, 2001.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução. In: **Fórum educacional**. 1982. p. 58-92.

SOARES, Rosemary Dore. Ensino técnico no Brasil: 90 anos das escolas técnicas federais. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 18, 1999.

SOUSA, Joilson Silva de. História da educação profissional, o ensino médio e sua conjuntura política. **Research, Society and Development**. v. 8, n. 8, 2019, p. 1-11.